



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



GABINETE DO VEREADOR GUILHERME FARIAS

PROJETO DE LEI Nº /2025

Itaguaí, 29 de dezembro de 2025.

Vereador Autor: Guilherme Farias

**ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ADOÇÃO DE SEGURO-GARANTIA
EM CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE
ITAGUAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer, em editais de licitação de obras e fornecimento de bens ou serviços, a exigência de seguro-garantia em percentuais superiores aos mínimos legais, podendo atingir até 100% (cem por cento) do valor do contrato, conforme a complexidade e o risco do objeto.

Art. 2º – A aplicação do seguro-garantia de que trata esta Lei observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, priorizando a garantia da conclusão do objeto contratado e a proteção do erário municipal.

Art. 3º – O Poder Executivo, no âmbito de sua competência e conveniência administrativa, poderá regulamentar os critérios para a gradação do percentual da garantia, observando:

I – O valor estimado da contratação;

II – Os riscos envolvidos na execução;

III – A viabilidade de mercado para a emissão das apólices no percentual estabelecido.

Art. 4º – A seguradora, na qualidade de terceira interessada, poderá exercer a fiscalização da execução do contrato principal, em cooperação com a fiscalização do Município, visando prevenir o inadimplemento.

Parágrafo único – A seguradora poderá realizar auditorias técnicas e solicitar documentos ao contratado, nos termos da regulamentação municipal.

Art. 5º – Em caso de inadimplemento, o Município poderá adotar as soluções previstas na legislação federal, incluindo a sub-rogação de direitos para que a seguradora conclua o objeto ("step-in").

Art. 6º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei para definir os limites e os contratos que, por sua natureza, exijam cobertura integral ou suplementar.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME FARIAS
VEREADOR

Câmara Municipal de Itaguaí

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (JUSTIFICATIVA)

Submeto à apreciação desta Casa de Leis o presente Projeto de Lei, que estabelece diretrizes para a adoção do seguro-garantia de 100% (cem por cento) nos contratos da Administração Pública de Itaguaí.

O objetivo central desta medida é erradicar um dos maiores problemas da gestão pública brasileira: o abandono de obras e a interrupção de serviços essenciais. Ao autorizar o Poder Executivo a elevar o patamar de garantia para até 100% do valor contratado, garantimos que, em caso de falência ou inadimplemento da empresa vencedora, a seguradora assumirá a responsabilidade financeira integral para a conclusão do objeto, ou indenize o município pelo valor total.

A fundamentação deste projeto repousa nos seguintes pontos:

1. **Proteção do Erário e Continuidade dos Serviços:** Frequentemente, o município se vê diante de contratos rescindidos onde a garantia mínima legal de 5% ou 10% é insuficiente para cobrir os custos de uma nova licitação ou o prejuízo da obra parada. Com a diretriz de 100%, o risco é transferido integralmente para o mercado segurador, protegendo os impostos pagos pelo cidadão de Itaguaí.
2. **Fiscalização Colaborativa:** O projeto prevê que a seguradora atue como uma fiscalizadora interessada na regular execução do contrato, podendo realizar auditorias técnicas e contábeis. Isso soma esforços à fiscalização municipal, criando uma camada extra de segurança contra fraudes e má execução.
3. **Mecanismo de "Step-in" (Sub-rogação):** A proposta incentiva a aplicação do instituto da sub-rogação, onde a seguradora pode assumir a execução do contrato para concluir o remanescente da obra ou serviço, garantindo que o hospital, a escola ou a pavimentação não fiquem pelo caminho por falta de recursos.
4. **Respeito à Prerrogativa do Executivo:** O texto foi ajustado para ter caráter autorizativo e estabelecer diretrizes, permitindo que o Prefeito, em sua regulamentação, defina quais contratos exigem maior risco e maior cobertura, garantindo a constitucionalidade da iniciativa legislativa e o respeito à Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Dessa forma, Itaguaí dá um passo decisivo rumo à transparência e à eficiência, assegurando que o dinheiro público seja aplicado com a garantia absoluta de retorno à sociedade. Pela relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares

GUILHERME FARIAS
VEREADOR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO

